elevada para 1 700 000\$ a importância do subsídio devido à empresa Rey Colaço-Robles Monteiro, por força do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 41 901, de 9 de Outubro de 1958, no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45 251, de 18 de Setembro de 1963, e no artigo único do Decreto-Lei n.º 46 604, de 21 de Outubro de 1965.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Março de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Jorge Martins da Mota Veiga* — *Manuel Gomes de Araújo* — *Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior* — *João de Matos Antunes Varela* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Joaquim da Luz Cunha* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha* — *Inocência Galvão Telles* — *José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Francisco Pereira Neto de Carvalho*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Decreto n.º 47 614

Solicita a Câmara Municipal de Mértola a exclusão do regime florestal de uma parcela de terreno, com a área de 9412 m², incorporada no perímetro florestal de Coutos de Mértola, submetido ao regime florestal parcial por decreto publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 24 de Fevereiro de 1950, a fim de serem ampliadas as instalações de um estabelecimento de ensino instalado numa parcela desanexada por decreto publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 24 de Novembro de 1964.

Considerando que o empreendimento tem o patrocínio da Câmara Municipal de Mértola;

Atendendo a que as estações competentes não vêem inconveniente na sua exclusão;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É excluída do regime florestal parcial, a que fora submetida por decreto de 24 de Fevereiro de 1950, e restituída à administração da Câmara Municipal de Mértola uma parcela de terreno, com a área de 9412 m², do perímetro florestal de Coutos de Mértola, a fim de serem ampliadas as instalações de um estabelecimento de ensino instalado numa parcela de terreno desanexada por decreto publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 24 de Novembro de 1964.

Art. 2.º Não poderá ser abatido qualquer arvoredo existente nesta parcela sem prévio acordo da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que para o efeito elaborará um auto de marca de corte extraordinário.

Art. 3.º Todo o arvoredo que for necessário abater é entregue à Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que lhe dará o destino mais conveniente.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Março de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Domingos Rosado Vitória Pires*.

Decreto n.º 47 615

Solicita a Câmara Municipal do concelho de Penacova a exclusão do regime florestal de uma parcela de terreno, com a superfície de cerca de 8,8 ha, incorporada no perímetro florestal da serra do Buçaco, submetido ao regime florestal por decreto de 8 de Dezembro de 1926, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 18 de Dezembro de 1926, a fim de a mesma lhe ser entregue para urbanizar.

Considerando que a exclusão desta parcela não afecta a finalidade dos trabalhos a levar a efeito no referido perímetro;

Atendendo a que as estações competentes não vêem inconveniente na sua exclusão, dadas as condições urbanísticas do local;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É excluída do regime florestal parcial, a que fora submetida por decreto de 8 de Dezembro de 1926, publicado no *Diário do Governo*, 2.ª série, de 18 de Dezembro de 1926, e restituída à administração da Câmara Municipal do concelho de Penacova uma parcela de terreno, com a área de cerca de 8,8 ha, do perímetro florestal da serra do Buçaco, a fim de a mesma ser destinada a urbanização.

Art. 2.º Em caso algum poderá ser prejudicada a função do posto de vigia contra fogos existente na parcela em questão, não podendo igualmente ser afectados os acessos ao mesmo.

Art. 3.º Não poderá ser abatido qualquer arvoredo existente nesta parcela sem prévio acordo da Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que para o efeito elaborará um auto de corte extraordinário.

Art. 4.º Todo o arvoredo que for necessário abater é entregue à Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, que lhe dará o destino mais conveniente.

Publique-se e cumprá-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Março de 1967. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Domingos Rosado Vitória Pires*.